

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CASTURINA LOPES MIRANDA

GÊNERO E RELIGIÃO: CATEGORIAS QUE SE INTERPELAM

MATINHOS

2013

CASTURINA LOPES MIRANDA

GÊNERO E RELIGIÃO: CATEGORIAS QUE SE INTERPELAM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadia T. Covolan.

MATINHOS / PARANÁ

2013

“As pessoas têm o direito de ser iguais quando a diferença as inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade as descaracteriza”

(BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS)

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e energia para viver!

Aos meus pais pela educação, amor e cuidado!

Aos amigos pelo apoio incondicional e companheirismo!

As colegas da Especialização pela caminhada e amizade!

Ao marido pela compreensão, afeto e companheirismo!

Aos meus filhos fonte do meu amor e força vital! Pelos momentos que compreenderam e também pelos que não compreenderam meu afastamento!

Em especial e de coração a orientadora Nadia!

Por me adotar tardiamente e sem restrições, pelo profissionalismo, destreza e competência com que conduziu este trabalho de forma dialética, dinâmica, motivando e impulsionando, sempre disponível, apesar das múltiplas tarefas que desempenha. São atitudes como esta que separam os bons dos excelentes. Foi um prazer ser sua orientanda ainda por um breve período, obrigada por cada “Força na peruca que já foi pior”, sua contribuição permitiu minha conclusão da especialização este ano, tens meu respeito e gratidão, que Deus te abençoe e dê força sempre e sempre, obrigada grande guerreira!

**Obrigada a todos que direta ou indiretamente
contribuíram para a realização deste trabalho**

Meu sincero Obrigado!

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado 'Gênero e Religião: categorias que se Interpelam', é eminentemente qualitativo e bibliográfico, com objetivo de refletir e discutir a questão das mulheres no discurso religioso. Para tanto, buscamos autoras e autores que tratam da temática e também utilizamos como fonte de dados, sites oficiais e pertinentes às categorias implicadas. Consideramos gênero uma categoria útil de análise histórica e social, para pensar os discursos religiosos no contexto das mulheres, no que tange a busca e luta por maior justiça de gênero, ou seja, por direitos humanos e sociais equitativos. No cotejamento de todo lido e encontrado, tecemos algumas considerações e esboçamos sugestões para futuros estudos.

Palavras-Chave: RELIGIÃO, GÊNERO, DISCURSOS.

ABSTRACT

This Labor Completion of course is entitled 'Gender and Religion: categories that interpellate', is eminently qualitative and literature, in order to reflect and discuss the issue of women in religious discourse. To this end, we seek authors and writers on the subject and also used as a data source, official websites and relevant categories involved. Consider gender a useful category of historical and social analysis, to think religious discourses in the context of women, regarding the search and struggle for greater gender justice ie, for human rights. In readback of all read and found brings forth some considerations and outline suggestions for future studies.

Key words: RELIGION, GENDER, SPEECHES

LISTA DE TABELA

Tabela 01.....	40
----------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	35
Gráfico 02	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO: ASPECTOS DO DISCURSO DAS IGREJAS TRADICIONAIS E OS ESTUDOS DE GÊNERO.....	14
1.1 – A construção do feminino na igreja católica tradicional.....	14
1.2 – A elaboração teológica feminina e as questões de gênero	18
2. CAPÍTULO: GÊNERO E A EXPANSÃO DAS IGREJAS PENTECOSTAIS.....	24
2.1 Outras Igrejas: Origens e Discursos.....	24
2.2 Gênero e a Expansão das Igrejas: o discurso sobre as mulheres nas igrejas pentecostais.....	27
2.3 - Os Discursos sobre a mulher e o uso da mídia e das novas tecnologias pelas igrejas.....	30
3. CAPÍTULO: MATINHOS - UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO RELIGIOSA.....	34
3.1 O município de Matinhos, geografia e contexto da população em geral.....	34
3.2 A situação religiosa e as mulheres.....	37
3.3 Considerações entre o feminino e o sagrado.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ELETRÔNICAS.....	54

INTRODUÇÃO:

Este trabalho nasceu de uma inquietação, a partir de nossa prática enquanto Assistente Social. O Serviço Social é uma profissão que busca intervir diretamente na questão social, em especial, no acesso a direitos, a quem busque ou necessite desse atendimento. Nesse contexto, as políticas públicas e sociais são especialmente importantes, para conferir esses direitos de cidadania. Assim, se coloca em destaque, os direitos das mulheres, freqüentemente negados enquanto direitos humanos.

Nesse contexto, os movimentos feministas e os estudos de gênero permanecem apontando as dificuldades, para que os direitos humanos das mulheres sejam respeitados. Esse fato é ilustrado e demonstrado no cotidiano, nas questões que vão desde a submissão, o não direito sobre o corpo, o salário desigual, as incumbências com a reprodução e a manutenção da vida nas duplas ou triplas jornadas de trabalho, nas atividades domésticas ainda não serem consideradas trabalho porém dever feminino, dentre outros, até as diferentes formas de violências contra a mulher. Apesar das mudanças por força de lutas sociais, e a implantação de variadas políticas públicas de defesa da mulher, tais como a Lei Maria da Penha e a Lei do Direito Sexual e Reprodutivo, por exemplo, as assimetrias sociais para as mulheres continuam.

Nesse sentido, cumpre esclarecer de imediato algumas categorias pertinentes.

O conceito de gênero aparece com os movimentos feministas na década de 60 do século XX, porém, foi na academia que esses estudos tomaram corpo, se distanciando um pouco da militância de origem, e se tornando uma categoria fundamental de análise histórica e social. Gênero impacta epistemologicamente, assim, atualmente, as análises nos diversos campos das ciências e das tecnologias, não podem prescindir de levar em conta as diferentes realidades vividas pela diversidade de contextos, nos campos das feminilidades e das masculinidades (Covolán, 2005).

Em que pese à polissemia desse termo, neste trabalho, compreendemos gênero conforme a historiadora Joan Scott, que na década de oitenta do século passado, definiu gênero como se referindo ao desempenho de papéis e às relações sociais que são pautadas pelas diferenças entre homens e mulheres,

permeadas pela questão do poder. A anterioridade sexual, ou seja, a existência de corpos diferentes, não faz perceber de imediato, que masculino e Feminino são criações simbólicas e criações sociais, que variam enormemente conforme o tempo e a sociedade. (Scott, 1990).

Na contemporaneidade, as questões de gênero estão em evidência, com ênfase nos direitos humanos envolvendo desigualdades sociais. Carregado de simbologia, sua definição apresenta uma amplitude de elementos e significados que dependendo da autora ou autor e do foco da abordagem, pode se mostrar como uma ferramenta, um mecanismo, um modelo, uma dimensão, uma categoria de análise, dentre outras atribuições.

A história nos mostra que as relações de gênero têm sido tecidas no seio das sociedades, em diversos momentos históricos e contextos sociais distintos, em diferentes grupos étnicos e culturais, tendo diferentes compreensões, dependendo do contexto e período. Igualmente, as relações de gênero sempre foram permeadas pelos discursos, engendradas pelo poder e validadas pela religião. Assim, os estudos de gênero apontam que os discursos das Ciências Naturais, Humanas, Sociais, das Artes e Literatura, da mídia, enfim, a própria linguagem e simbologia em geral, são capazes de perpetuar iniquidades e desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Nesse contexto, destacamos nesse trabalho, o discurso religioso, uma vez que este permeia as variadas dimensões da vida humana, e também porque nas últimas décadas, tem alcançado as pessoas de uma forma inusitada, inclusive devido ao surgimento das novas tecnologias midiáticas e da internet. Igualmente, houve uma expansão na quantidade de Igrejas pentecostais, com ampla exposição desse discurso, e com a aderência de mulheres de todas as camadas sociais. Essas novas práticas de religiosidades têm influenciado comportamentos e vivências, tanto de homens quanto de mulheres.

A questão das religiosidades e do discurso religioso é um tema extremamente delicado e complexo, polêmico e polissêmico, porque é uma dimensão humana que se encontra na ordem do Sagrado. Nesse contexto, conforme Chauí:

“o sagrado é a experiência da presença de uma potência ou de uma força sobrenatural que habita algum ser- planta, animal, humano, coisas, ventos, água, fogo. Essa potência é tanto um poder que

pertence própria e definitivamente a um determinado ser quando algo que ele pode possuir e perder, não ter e adquirir. O sagrado é a experiência simbólica da diferença entre os seres, da superioridade de alguns sobre os outros, do poderio de alguns sobre os outros – superioridade e poder sentidos como espantosos, misteriosos, desejados e temidos” (Chauí, 2005, pág. 252 e 253).

A autora refere que a religião é um vínculo entre o mundo profano e o mundo sagrado:

“Os deuses são poderes misteriosos. São forças personificadas e por isso são vontades. Misteriosos, porque suas decisões são imprevisíveis e, muitas vezes, incompreensíveis para os critérios humanos de avaliação. Vontades, porque o que acontece no mundo manifesta um querer pessoal, supremo e inquestionável. A religião, ao estabelecer o laço entre o humano e o divino, procura um caminho pelo qual a vontade dos deuses seja benéfica e propícia aos seus adoradores.” (Chauí, 2005, pág. 256.)

Na efervescência de nossa sociedade informatizada e dita do conhecimento, ao menos na sociedade ocidental, convivemos nem sempre consensualmente no exercício da democracia, religiosidade e direitos. Nesse contexto, também nos últimos anos, em nível internacional e em especial, nacional, tem havido um incremento de políticas voltadas para as mulheres, para sua maior emancipação e empoderamento. Vivemos, portanto, com variados discursos e situações sobre direitos humanos e sociais, em particular, sobre os direitos das mulheres. Isso posto elaboramos para este trabalho, as seguintes perguntas norteadoras:

- Como se relacionam os discursos de direitos humanos das mulheres, com o discurso religioso pentecostal?
- Há uma permanência ou alteração do discurso misógino, observado e demonstrado, das religiões tradicionais?
- Como se imbricam as lutas para acessar direitos elementares para as mulheres, a saber: saúde, educação, segurança, trabalho digno, reconhecimento, autonomia, dentre outros, com o discurso religioso que demarca e determina os papéis sociais relacionados ao feminino e ao masculino, onde o feminino geralmente tem uma valência menor?

Nossa revisão bibliográfica sobre esse tema não foi exaustiva, devido à multiplicidade de autores e autoras que versam sobre gênero ou religião. No entanto, observamos que estudos específicos sobre a temática gênero e

religião são mais escassos, tanto no campo das ciências sociais, história e teologia, assim, podemos dizer que esta temática tem sido insuficientemente abordada; igualmente, não encontramos trabalho a esse respeito envolvendo a cidade de Matinhos no Paraná, onde vivemos e onde esse Curso de Especialização e o Curso de Serviço Social estão alocados. Dessa forma, objetivamos nesse trabalho, num primeiro momento, refletir e discutir sobre o discurso religioso e sua implicação com os direitos humanos das mulheres. Para alcançar esses objetivos, elaboramos este trabalho, de cunho eminentemente qualitativo e bibliográfico.

Primeiro, partimos de uma revisão bibliográfica, utilizando aportes de autores e autoras relacionados ao nosso tema, e pertinentes às categorias gênero e religiosidade. Conscientes da importância das novas tecnologias no contexto de nossa sociedade informatizada e dita do conhecimento e da informação, especialmente no que tange a veiculação de dados de ponta e atualizados, utilizamos como fonte de referência, também, os dados encontrados em sites oficiais, como os do IBGE, e no de algumas igrejas pesquisadas. Dessa forma, cotejamos essas diferentes fontes, a literatura de fontes bibliográficas e as *on line*, para refletir e discutir sobre esse tema tão antigo quanto atual.

Assim, para este trabalho, traçamos o seguinte roteiro: nessa introdução apresentamos o tema, as categorias, objetivos e metodologia; no primeiro capítulo situamos alguns dos aspectos da construção do pensamento misógino especialmente a partir da religião católica, hegemônica durante tantos séculos, ao menos no Ocidente; abordamos sua tradição e sua influência nas concepções da vida e nas relações de gênero nas sociedades. No segundo capítulo, abordamos aspectos das religiosidades provenientes das reformas, a questão de gênero e a expansão das igrejas pentecostais. No terceiro capítulo, apresentamos aspectos das igrejas e religiosidades em Matinhos, para vincular a questão feminina. A seguir, tecemos as considerações finais e apontamos sugestões para futuros trabalhos.

1. CAPÍTULO: ASPECTOS DO DISCURSO DAS IGREJAS TRADICIONAIS E OS ESTUDOS DE GÊNERO

1.1 – A Construção do Feminino na Igreja Católica Tradicional

Considerando que a religiosidade é constitutiva do ser humano e das relações de gênero nas sociedades, iniciamos nossa discussão apontando aspectos relacionados ao pensamento misógino, construído a partir do discurso religioso, principalmente na igreja tradicional católica romana.

Para Allan G. Johnson, "a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femininas", e está na base dos preconceitos sexistas e ideológicos e da opressão das mulheres. Conforme este sociólogo, a misoginia se manifesta de muitas formas, desde piadas, pornografia, violência. Nesse contexto, o mais grave é que e as mulheres são ensinadas a sentir desprezo por seus corpos e condição, podendo praticar esse ódio contra outras mulheres. (Johnson, 2013).

De acordo com FONSECA, as fontes da misoginia da igreja medieval podem ser localizadas tanto na cultura grega quanto na antiga lei hebraica. Nos textos de Hesíodo (750 a.C.) já aparecem imagens da mulher como responsável pela introdução do mal no mundo. Porém, foram os aportes de Aristóteles (384-322 a.C) que influenciaram diretamente a formação da misoginia no pensamento medieval, especialmente a partir do século XII, quando o seu livro 'De generatione Animalium' [Sobre a geração dos animais] , começou a ser estudado na Universidade de Paris. É conhecido que, para Aristóteles, a participação da mulher na procriação era restrita, pois sua semente seria inativa e informe, à espera do princípio formador e animador encontrado no sêmen do homem. (Fonseca, 2011, p.1).

Esses postulados aristotélicos repercutiram em Tomás de Aquino (1225-1274), para quem o macho é quem dá a forma e a alma na geração das espécies. A construção tomista importa, uma vez que a divindade de Cristo, também é relacionada e explicada pelo seu nascimento a partir de uma concepção sem a participação do masculino, ou seja, Jesus não contraiu o Pecado Original porque foi gerado em uma mulher virgem, única mulher 'imaculada'. Encontramos na Summa Theologiae (1266-1272) [Suma

teológica], afirmações desse santo da Igreja, a respeito de que a mulher como a fonte do mal e do pecado:

“não devia ter sido produzida na criação original das coisas, uma vez que nessa criação original tudo tinha sido criado de forma perfeita. Entretanto, a mulher participaria da indefectibilidade do plano geral da criação divina, apesar de condenada como responsável, por sua presunção, pela introdução do Pecado Original no mundo.” (Fonseca, 2011, p. 1).

Fonseca em seu texto aponta como a ginecologia do feminino na concepção medieval, naturalizava a mulher como corpo. Esse reducionismo do feminino para a dimensão da matéria e dos sentidos, especialmente do ponto de vista religioso, é concebido por também por Ambrósio (339-397), outro santo da igreja, nos seus escritos sobre a Queda (De Paradiso (375) [Sobre o Paraíso], onde coloca a serpente e a mulher como representante dos sentidos e o homem, como representante das mentes. (Fonseca, 2011).

Agostinho (354-430), outro importante pensador e santo da igreja, em ‘De Genesi ad litteram (401-416)’ parte da leitura do Genesis, para reforçar a idéia da inferioridade da mulher como um ser de capacidade menor e que por isso, deveria prestar obediência ao homem. Esse importante padre da Igreja, afirmava que todos os problemas da humanidade começaram com Eva, por que o demônio falou com ela e não com Adão, porque sabia que era difícil enganar o homem, mas era mais fácil enganar a mulher (“De Civitate Dei” XIV, 11). Nesse contexto, os homens prudentes deveriam falar de seus planos e ações com os outros homens, apenas, mas nunca com suas esposas. Isso porque, a seu ver, a mulher seria um ser vil e espúrio e possuiria uma natureza deficiente e imperfeita, comparada com a natureza do homem. As suas palavras são categóricas. Nesse sentido, encontramos outras citações de Agostinho, sobre a mulher, em Bússola (2013, p. 1):

"Explica-se porque ela é insegura de si e porque ela tenta conseguir com mentiras diabólicas aquilo que não pode conseguir normalmente. Enfim, temos que estar em guarda diante de toda mulher como se fosse uma cobra venenosa ou um demônio. Se eu pudesse falar tudo que sei das mulheres, o mundo ficaria espantado! A mulher é mais esperta nas ações malignas e perversas, porque possui um impulso que a impele em direção de todos os males do mesmo modo que o uso da razão impele o homem para o bem".

No II sínodo de Mâcon, na França, no ano de 585 d.c, onde se reuniram importantes bispos e padres, foi discutido se as mulheres possuíam alma, ou não. O bispo e historiador São Gregório de Tours (História Francorum 8,20), no seu relatório, aponta que a maioria dos teólogos aceitaram que as mulheres tivessem alma porque no Gênesis, está posto que Deus criou o homem macho e fêmea. No entanto, para os eclesiásticos, a mulher jamais tem o mesmo valor do homem, pela sua própria natureza. Este é o motivo, segundo Tomás de Aquino, pelo qual as funções eclesiais devem ser negadas para a mulher (SummaTh. Suppl. 39; a.I).

Alberto Magno, grande mestre de Tomás de Aquino, em "Questiones superanimalibus" (XV; p. 11), escreveu que:

"a mulher é menos qualificada do que o homem para um comportamento ético (isto é; tem maior tendência para a imoralidade); o motivo disto é que a mulher contém mais líquido do que o homem e a propriedade dos líquidos é moverem-se com facilidade"; (...) "isto explica porque as mulheres são inconstantes e curiosas; quando uma mulher tem relações sexuais com um homem, ela gostaria, porquanto lhe fosse possível, ter relações também com outro homem. A mulher é incapaz de ser fiel; acreditem-me: se alguém lhe der a sua confiança certamente ficará desiludido". (Alberto Magno).

Consolidando o catolicismo, Tomás de Aquino (1225 – 1274), autor que no século XII, criou o maior sistema teológico-filosófico da Idade Média, afirmava:

"nada degrada mais o espírito do homem do que os carinhos da mulher" ("SummaTheol."; II/II; q. 151; a. 3; ad 2) (...) "o pai deve ser amado mais do que a mãe porque ele é o princípio ativo da geração enquanto a mãe é apenas o princípio passivo" ("Summa Contra Gentiles"; II/II; q. 26; a. 10).

Assim, por ser criatura deficiente, continua Tomás:

"a mãe não sabe educar a criança tão bem quanto o pai sabe, porque ele tem mais capacidade intelectual e mais força e virtude para controlar os filhos" ("Summa Contra Gentes"; III; 122) (...) " O homem inteligente jamais teria relações sexuais com mulheres, nem mesmo com sua esposa porque "o ato sexual sempre tem algo de vergonhoso em si e faz a pessoa enrubescer" ("SummaTh."; q. 49; a. 4; ad 4).

Outro importante santo da igreja abordado por Fonseca (2011) é Isidoro de Sevilha, cuja enciclopédia alcançou enorme influência e popularidade em toda a Europa, sendo ainda citada séculos depois, especialmente nas suas concepções sobre o poder da menstruação para deteriorar as coisas, impedir a germinação dos frutos, azedar a uva, matar as plantas, corroer o metal com ferrugem, fazer os cães contraírem a raiva:

“Apesar de ter sido originalmente abordado por Plínio (23-79), em sua *Naturalis Historia* [História natural], foi, a partir de Santo Isidoro de Sevilha que essa verdadeira litania da desgraça do sangue menstrual entrou no imaginário das superstições medievais, adquirindo recrudescida virulência no final da Idade Média, quando a mulher passa a ser objeto de um obsessivo processo de demonologização.” (Fonseca, 2011, p. 5).

Assim, a imagem do sexo feminino apresentada por essa tradição coloca a mulher numa posição de discriminada inferioridade em relação ao masculino, e que esses comentários, “ao longo do tempo, serviram de base para a formação da misoginia tradicional, cujas marca mais profundas de ultraje apareceram durante a Idade Média, especialmente no pensamento religioso”. (FONSECA, 2011, p. 6)

Dessa forma, ao longo do tempo, a partir do discurso religioso disseminado no corpo social, foram constituídas muitas regras para reger a vida e os corpos de homens e mulheres, especialmente no horror ao ato sexual e ao sexo feminino. Não abordaremos aqui, o genocídio praticado contra o sexo feminino no Medievo, que pode ser encontrado em publicações conhecidas, tais como na ‘História do Medo no Ocidente’, de Jean Duplemeau, no ‘O Martelo das Feiticeiras’ e outros. O discurso misógino influenciou a organização ética e social e até hoje ecoa em todas as dimensões da vida. São esses discursos, que os estudos de gênero e religião, buscam problematizar e desnaturalizar.

Enfatizamos que para a igreja, desde aquele período da história, a mulher, além de ser considerado um erro cometido pela natureza, era pensada e vista exclusivamente em função do sexo, sem ao menos se cogitar das classificações e construções sociais e culturais; mesmo os comportamentos sociais de caráter eram tidos em função do sexo, pois o sexo masculino

dominava o poder político e principalmente o poder religioso, este último, detentor do saber e com prestígio que não poderia ser contestado.

Nesse contexto, auxiliaram o pensar da igreja, outras concepções, tais como a do corpo único, que vigorou por milhares de anos. Nesse contexto, o famoso médico Galeno (séc.II d. C), demonstrava detalhadamente que as mulheres eram essencialmente homens a quem faltava o calor vital característico da perfeição, resultado da retenção dos órgãos da reprodução no interior do corpo e não como nos homens, no exterior.

No capítulo II da sua obra, *Laqueur*, no século XX, demonstra como os fluidos corporais, tais, como o sêmen, o leite e outros excrementos, eram concebidos como substituíveis e passíveis de se transformarem uns nos outros. A menstruação, a digestão e outros sangramentos, não se distinguiam facilmente, nem eram considerados características de um respectivo sexo. A partir de 1800, novos estudos buscaram as diferenças entre os sexos feminino e masculino, se baseando em distinções biológicas. A teoria do ciclo menstrual dominante desde 1840 integrou um conjunto de descobertas de uma biologia imaginada de incomensurabilidade. A partir dessa época, a menstruação passou a evidenciar que as mulheres eram radicalmente diferentes dos homens, com corpos e almas dependentes de um ciclo unicamente feminino, ao mesmo tempo assustador e irresistível. (LAQUEUR, 1990).

Nesse contexto, onde estão as vozes das mulheres? O que produziram as mulheres na teologia? Que discursos engendraram? Foram ou são ouvidas?

1.2 – A elaboração teológica feminina e as questões de gênero

No Brasil, segundo Rosado, a “elaboração teológica feminista mais difundida vem do campo cristão, protestante e católico”. Tem características próprias, tanto pelo processo histórico que a engendrou, como por seu conteúdo. De qualquer forma, é também devedora do “ideário feminista disponível na cultura atual”. Nesse sentido Rosado refere que a produção no campo da teologia feminista já surpreende pela quantidade de obras publicadas e pelo destaque e respeitabilidade que alcançaram nos meios

acadêmicos. Na verdade, esse campo de conhecimento alcançou um estatuto próprio, e hoje encontra variados espaços internacionais de interlocução:

“o desenvolvimento de pesquisas de caráter acadêmico, mais analíticos e com bases empíricas, aplicaram aos domínios das religiões, conceitos e métodos de pesquisa feminista. Foi possível assim, avaliar a complexidade das relações existentes no interior do campo religioso. Desvendaram-se os laços ambíguos e contraditórios das mulheres às religiões e destas às mulheres, no interior das organizações religiosas. A observação empírica mostrou as religiões como espaços sociais complexos, portadores de contradições, que não funcionam sempre e em todas as sociedades como forças conservadoras. Dadas certas circunstâncias, elas podem funcionar como forças mobilizadoras, levando as mulheres a resistir seu poder disciplinador.” (Rosado, 2001).

Em sua fala a autora enfatiza a contribuição da pesquisa e da produção de literatura na área, também para o avanço da compreensão do estudo de gênero dentro das religiões, clareando desmistificando e forjando novos conceitos do que é ser feminino e masculino, dentro das instituições religiosas. Nesse sentido a teologia da libertação feminista e o movimento de espiritualidade, sugeriram a possibilidade do empoderamento ao invés da aceitação da subordinação.

Para Rosado é inegável que as feministas transformaram praticas religiosas e conseqüentemente, praticas sociais, estudos acadêmicos sobre religião e política, e demais áreas do saber. Segundo Rosado, até 1960, gênero não estava contemplado nos estudos da religião, da história e da antropologia, diferente da atualidade, onde a crítica interna e os estudos acadêmicos feministas e de gênero sobre as religiões ultrapassaram as fronteiras da teologia; há um expressivo volume de análises feministas da religião em diferentes áreas do saber: sociologia, antropologia, história, psicologia, filosofia, dentre outros. (Rosado, 2001).

Para as religiões cristãs, Deus e Jesus Cristo são figuras poderosas, oniscientes, onipresentes e onipotentes, com forças para além da força dos humanos, Deus tudo pode. Nesse sentido, houve uma supervalorização do divino para o gênero masculino, e isso teve reflexos psicossociais, alavancando os mecanismos de dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino. Essa figura de poder na religião é sempre expressa em uma linguagem gramatical no gênero masculino, sendo uma figura simbólica e histórica

masculina que busca prescindir e/ou ocultar o feminino. Segundo a filósofa e estudiosa dos fenômenos religiosos ao tratar da teologia feminista GEBARA, declara que:

“o monoteísmo masculino é, na realidade, a expressão de culturas de dominação masculina”. O poder político e social está em mãos masculinas. Por isso, nessas culturas, há quase uma rejeição de se expressar Deus no feminino muito embora aqui e acolá surjam qualificativos que revelam a impossibilidade de abafarmos o feminino em nós. Por exemplo, a expressão ‘Deus é misericordioso’ remete à palavra misericórdia, e esta se origina do hebraico rahem que significa útero. O feminino acaba irrompendo de diferentes maneiras, embora seja apropriado pelo masculino. (Gebara, 2004, Pág. 12 e 13).

Percebemos aqui a contradição que desde sempre esteve presente nas relações de gênero, ligando a religião ao poder e a dominação masculina; esta contradição embora negada é justificada na religião em função do poder. Para um olhar mais aguçado, o feminino sempre se fez presente na realidade histórica, havendo vestígios de sua eterna presença nas fendas das descrições da história. Isso remete a questão de que masculino e feminino poderiam ter tido, na origem das religiosidades, dignidade igual; porém, como a história foi contada pela linguagem masculina, essa presença e participação desapareceram dos relatos, ou no caso, o feminino foi colocado como secundário, ou ainda, mais grave, como a encarnação do mal.

Desde os gregos, com Aristóteles, para quem a mulher é um homem imperfeito, a capacidade da procriação da mulher, serviu em diferentes momentos para sua criminalização, passando pela consolidação do discurso misógino no Medievo, alcança nossos dias com pequenas nuances, tais como as que ocorreram na instituição do capitalismo, e na criação do Culto Mariano; neste, a maternidade passa a ser difundida largamente pelo discurso, ou seja, na linguagem e simbologia religiosa, esta seria a única forma de realização feminina. Cria-se o ideário que toda mulher deve se assemelhar a Maria, devendo ser mãe e reprodutora da vida, assim como também reprodutora do sistema pela ideologia nela inculcada através da linguagem religiosa, sendo culpada se produz e também se não produz filhos. (Colling, 2004).

Miranda nos alerta neste sentido ao enfatizar que a questão de gênero esta relacionada com a questão social; a exclusão da mulher é por excelência, a fonte de todas as exclusões. Assim, torna-se necessário, para compreensão da realidade, partirmos dos contextos das mulheres e dos homens; de outra forma, não será possível entendermos a realidade de exclusão, no âmbito político, econômico, social, religioso e cultural. Precisamos desconstruir a imagem criada que gênero tem a ver somente com o sexo biológico e não com a representação e a construção social de papéis designados para homens e mulheres na sociedade. (Miranda, 2005).

Nesse sentido, Chistine Delphy aponta que em decorrência das relações de gênero que naturalizam as atividades de cuidado, os homens e maridos se beneficiam do trabalho doméstico gratuito. De fato não são apenas os homens próximos, mas a sociedade como um todo, que não reconhece o trabalho doméstico como gerador de riquezas uma vez que a garantia de atendimento das necessidades de alimentação, repouso e conforto possibilitam a dedicação ao trabalho externo e a produção. (Apostila GDE, 2009. pg. 43).

Assim gênero pode ser compreendido como uma classificação social e cultural entre masculino e feminino, ligada ao poder, e que integra a organização social. Gênero também designa uma tentativa de afastamento do sexo do corpo, para fins de estudo e análise dessa relação, buscando explicar socialmente a construção dessa relação no indivíduo e deste indivíduo com a sociedade, entendendo que gênero contempla e/ou define o sexo como socialmente construído, sendo o próprio sexo fruto de uma construção social.

Percebemos que discutir gênero é adentrar um terreno arenoso e rico no campo de questionamentos sobre a distinção entre o biológico e o social a respeito da realidade humana, pois construção social é “tudo” aquilo que foi e é construído, referente a desigualdades em direitos e comportamentos distintos, nas relações entre mulheres e homens. Para entender o conceito de gênero, precisamos entender a origem dos questionamentos relacionados e imbricados no contexto histórico e social que originou o termo gênero, “assim, definições de gênero vão desde uma rejeição ao determinismo biológico baseado no sexo até uma ampla rede de conexões que levam em consideração não só o corpo, mas toda a organização social e seu contexto histórico.” (Casagrande, Luz e Carvalho, 2011, Pág. 56).

A história nos mostra como as relações de gênero são tecidas e engendradas, no seio das sociedades em diversos momentos históricos de contextos sociais distintos, em diferentes grupos étnicos, tendo diferentes compreensões, porém, mantendo uma constância: estas relações sempre foram permeadas por discursos, engendradas pelo poder/poderes e validadas pelas religiões. Nesse sentido, as relações de gênero são permeadas fortemente também pela questão do sagrado e das religiões, imbricando fortemente representações e simbologias que implicam na distribuição e fruição do poder na sociedade. Podemos observar na história que o discurso religioso, no geral não foi e não é gentil nem justo com as mulheres. Em outras palavras, esse discurso importante agrega desigualdades sociais e tem naturalizado pressupostos sociais com valência negativa para as mulheres.

Percebemos aqui a contradição que desde sempre esteve presente nas relações de gênero, ligando a religião ao poder e a dominação masculina; esta contradição embora negada é justificada na religião em função do poder. Para um olhar mais aguçado o gênero feminino sempre se fez presente na realidade história, sempre percebemos vestígios da sua presença nas fendas das descrições da história, o que remete que os dois gêneros masculino e feminino, na origem religiosa formulavam em igual dignidade, porém desde os primórdios a história contada pela linguagem masculina, remota a mulher como ser secundário.

Chauí descreve que: “religião é um vínculo. Quais as partes vinculadas? O mundo profano e o mundo sagrado, isto é, a natureza (água, fogo, ar, animais, plantas, astros, pedras, metais, terra, humanos) e as divindades que habitam a natureza ou um lugar separado da natureza.” (Chauí, 2005, pág. 253).

O sagrado se comporta de modo peculiar nas relações simbólicas e históricas construídas socialmente na relação entre Deus e o masculino e na consequente opressão feminina; nesse sentido, Gebara relata:

“perceberam pouco a pouco que a justificação da dominação masculina sobre as mulheres era possível porque a cultura patriarcal tinha seu justificador absoluto, um justificador masculino celeste que presidia a sociedade hierárquica. Esse ser poderoso e abstrato, adorado e glorificado como senhor absoluto dos céus e da terra, justificava leis, comportamentos e costumes estabelecidos. Ele determinava, por intermédio de seus representantes e dos textos

reconhecidos como “revelados”, os diferentes papéis sociais. Ordenava os caminhos, julgava e até condenava os que pareciam se distanciar de uma ordem predeterminada por ele mesmo fixada.” (Gebara, 2004, pág. 15 e 16).

Na fala de ambas as autoras, percebemos a profundidade dessa dominação religiosa perversa, que imobiliza a pessoa da mulher com os argumentos da “vontade divina”; nesse contexto, pensar ou ousar pensar diferente ou questionar o sistema de dominação masculino, recai no julgamento e na condenação divina. Nesse sentido enfatizamos o sofrimento moral feminino, especialmente, onde a religiosidade se torna passaporte para uma salvação além da vida terrestre, e onde a religião detem um poder significativo de controle especialmente sobre as fiéis.

Assim, percebemos que as religiões são processos complexos de construções históricas, psíquicas e sociais de fatores conscientes e inconscientes, cujas bases filosóficas e religiosas foram construídas partindo do gênero masculino, influenciando ainda hoje as discussões e os avanços sociais em busca de maior justiça equitativa de gênero.

2. CAPÍTULO

GÊNERO E A EXPANSÃO DAS IGREJAS PENTECOSTAIS

2.1: Outras Igrejas: Origens e Discursos

O discurso religioso permeia as relações sociais e de gênero de tal forma que ambos ladeiam a história, estando conectados com as políticas e o sistema econômico vigente. No capítulo anterior, vimos como a igreja católica, enquanto poder religioso, junto com o Estado, exercia a função de controlar o poder político e muitas vezes, estava a serviço do poder econômico. Nesse contexto, a descrição do Genesis, especialmente a criação de Adão e Eva, serviu para colocar a mulher em uma ordem hierárquica secundária em relação ao homem. As alegações provieram de que o texto reza que Adão foi criado primeiro, e que Eva ao ser enganada pela serpente, se tornou transgressora/pecadora. Nesse contexto o sexo para a mulher, só era aceito dentro do casamento, enfatizando que “o marido é o cabeça da mulher, como Cristo é o cabeça da igreja” (Efésios, 5:23). Portanto a esposa deve total obediência ao marido, assim como a igreja é esposa de Cristo e lhe deve total obediência.

Dentro do texto religioso, foi selecionada uma leitura não se mencionava o segundo testamento onde São Paulo formula a igual dignidade entre os sexos: “não há homem nem mulher, pois todos são um só em Jesus Cristo”. (Gl. 3,28). Em outro lugar, é discorrido mais claramente: “Em Cristo não há mulher sem homem nem homem sem mulher; como é verdade que a mulher procede do homem, é também verdade que o homem procede da mulher e tudo vem de Deus”. (Cor 11,12).

O discurso misógino contemporâneo é relativizado por variadas circunstâncias, por força das conquistas conseguidas pelas lutas pelos direitos humanos, feministas e de estudos de gênero. No entanto, permanece o viés sexista dessa tradição discursiva até hoje, e é retomada com vigor pelas igrejas pentecostais e correlatas, como veremos nesse capítulo.

Sabemos que as religiões estendem suas ações para além das igrejas, carecendo de diálogo com os demais setores da sociedade, e do mesmo modo, a sociedade carece de conhecimento sobre as religiões ativas na sociedade, para interação, assim, abordaremos brevemente alguns aspectos como o surgimento, crescimento e divisão das igrejas protestantes e pentecostais.

Conforme Ramalho, no Brasil colônia, a única religião permitida e difundida era a católica. Neste período, para as demais religiões o solo brasileiro era campo proibido. Em 1557 os franceses realizaram o primeiro culto protestante, porém isso não significava liberdade para praticarem essa religião, tal prática só foi possível no séc. XIX, devido a fatores internos de condições sociais, políticas e econômicas. Segundo o autor, possibilitaram esta implantação:

“a assinatura do tratado do comércio de Portugal com a Inglaterra em 1810; movimentos de liberação nacional que culminam com a independência política em 1822; expansão de ideias liberais; liderança do sistema capitalista mundial assumida na Inglaterra e fortalecimento dos Estados Unidos, com interesses econômicos no Brasil; e correntes migratórias originárias desses países e também da Alemanha” (Ramalho, 1976. p.52-53).

Ramalho refere como no período da república, o governo brasileiro buscava estratégias de “modernização” do Brasil, e essa modernização exigia a separação da Igreja e Estado, para a adoção do liberalismo, e para a industrialização e superação do modelo agroexportador. Neste contexto, a religião católica configurava como empecilho, ao pregar a caridade e condenar ‘o lucro e a usura’; sendo o lucro o carro chefe do sistema capitalista, para vencer este obstáculo, argumenta que a abertura religiosa foi forjada para servir aos interesses econômicos e políticos da época, que necessitavam de uma mudança cultural para expandir a fronteira econômica. Porém, essa abertura deveria servir e se restringir às questões políticas e econômicas. No campo da religião, se limitou à entrada de outras igrejas, no caso o protestantismo, religião que mais estimulava o desenvolvimento econômico, na sua pregação sobre a prosperidade. (Ramalho, 1976).

O protestantismo surgiu em 1517, e um dos movimentos mais fortes foi o provocado por Martin Afonso Lutero, que discordou da interpretação que a

Igreja Católica dava a Bíblia Sagrada, e de suas práticas. Para Lutero, as pessoas não poderiam alcançar a salvação, comprando bênção, fazendo doações ou caridades, mas pela fé. Tal pensamento se chocou com os ensinamentos da igreja católica, fazendo surgir um movimento não católico forte e revolucionário, ou seja, o protestantismo. Este protestantismo foi conceituado por Jean Boisset como um "movimento da mente, um jato da consciência, uma resposta á indagação inquieta do homem a respeito de suas relações com Deus: é uma atitude de pensamento e de vida no seio do cristianismo que se pretende fiel ao evangelho". (Silva, 2006, p. 4).

Neste sentido escreve FELIPE:

"Lutero pregava o 'sacerdócio universal', ou seja, todas as pessoas podem buscar o conhecimento de Deus por meio do livro sagrado. Ao possibilitar diferentes interpretações religiosas, o protestantismo já nasceu plural e assim se mantém até hoje: divergências teológicas podem gerar novas práticas e denominações religiosas. Em comum a valorização do estudo bíblico – daí o nome "evangélico", derivado da palavra grega evangelion, que significa "boas novas" – e a crença de que o acesso a Deus se dá unicamente por meio de Jesus Cristo, rejeitando a intermediação da Virgem Maria e dos santos da igreja católica". (Felipe; 2005. p.18).

Enquanto o catolicismo demonstra fidelidade á interpretação do sacerdote, o protestantismo se orientava pela livre interpretação do evangelho, ou seja, o sacerdócio deveria ser universal, a democratização da interpretação da bíblia sagrada por todas as pessoas; o protestantismo também dispensa a intermediação de santos aceitando e pregando apenas o contato direto com Jesus Cristo. A tradução da bíblia, primeiro por Lutero, depois em diversos idiomas, tornou-se fundamental para possibilitar sua livre interpretação, saindo da dependência da interpretação do sacerdote católico. Conseqüentemente, a partir de então surgiram várias interpretações, e o movimento protestante foi crescendo e se expandindo, de modo que devido sua própria dinâmica, na contemporaneidade difere relativamente dos moldes em que surgiu.

O termo protestante foi utilizado para se referir às igrejas derivadas da Reforma Protestante do séc. XVI. Já os pentecostais são originários dos Estados Unidos, quando em 1901, um grupo de pessoas se reuniu para fazer orações, em uma vigília, e num dado momento, os presentes acreditaram ter recebido a visita do Espírito Santo, se manifestando no dom de falar em

línguas estranhas, semelhante ao relatado nos Atos dos Apóstolos. Sua crença difere dos tradicionais, pois além de acreditarem na palavra escrita, admitem as manifestações do Espírito Santo, acreditam na cura de enfermidades, nas profecias, dentre outros. (Silva, 2006, p.6)

Neste período da história se alterou o sistema político e econômico e o campo religioso foi oxigenado com espaço de abertura para outras igrejas. Apesar do caráter mais democrático ao menos em relação à livre interpretação da Bíblia para os protestantes, em relação à mulher, a situação é a mesma. Independente da igreja, o discurso religioso permanece baseado nos mesmos argumentos fundamentalistas referendados no texto bíblico do primeiro testamento, e as relações entre o masculino e o feminino permanecem inertes, sendo a subordinação da mulher reforçada no discurso religioso de todas as igrejas.

2.2: Gênero e a Expansão das Igrejas: o discurso sobre as mulheres nas igrejas pentecostais

Conforme Silva os evangélicos tradicionais seguem a linha de Lutero, rejeitam a adoração de imagens, não acreditam no dom de falar ou orar em línguas estranhas, nem em exorcismo. Concentram nos estudos da Bíblia sagrada e na aplicação destes ensinamentos na vida. São os Luteranos, Anglicanos, Presbiterianos, Batistas e Metodistas. Outro fator que os difere é que desde que se estabeleceram no Brasil se preocuparam com a educação fundando escolas para alfabetização e escolarização das crianças protestantes, pois analfabetos não poderiam ler nem interpretar a escritura, portanto a evangelização ficaria prejudicada, assim os currículos dos colégios Batistas, presbiterianos e metodistas tem a preocupação da educação com base evangelizadora. Tal preocupação não ocorreu com os pentecostais que tinham como objetivo principal evangelizar o maior número possível de pessoas. Diferem também na relação que estabelecem com o dinheiro, enquanto as religiões tradicionais tendem a economizar, os pentecostais querem conforto, para estes o consumo é progresso individual, entendem a prosperidade como legítima e desejável ao cristão, assim defendem a

libertação de estereótipos usos e costumes externos da santidade e a guerra contra o diabo. (Silva, 2006, p.17).

Nos aspectos ligados às relações de gêneros, o protestantismo conservou o discurso oficial tradicional da igreja católica, onde ao homem é determinado o papel de chefe da família e provedor do lar e à mulher, a submissão ao seu marido; permanece o discurso de que esta autoridade é conferida por Deus, assim, o homem deve ser sacerdote da família e da igreja. Apesar de sabermos que as mulheres sempre estiveram presentes na vida religiosa e social, ainda que em funções secundárias e nos bastidores, os relatos históricos silenciam sobre a participação das mulheres na sociedade religiosa.

No Brasil os números das igrejas se multiplicam, chegando a inúmeras denominações diferentes, nesse sentido, Silva ao abordar o tema observa que:

“em virtude da religião ser demasiadamente dinâmica a ponto de tornar sua classificação cada vez mais problemática, o que pode ser demonstrado pelos diversos termos usados para tal empreendimento, acreditamos que para melhor elucidação podemos dividir aquilo que hoje é chamado de evangélicos em três categorias: os tradicionais, os pentecostais e os neopentecostais”. (Silva, 2006. p.5).

Para organizarmos a discussão seguiremos a divisão sugerida pela autora, sem pretender uma classificação severa nem esgotar o assunto, que por si é amplo e se mostra um vasto campo de estudo e pesquisas.

Conforme Machado apud Silva, em relação ao tema de estudo, conservam costumes rígidos, proibindo as mulheres de usarem calças, cortarem os cabelos, depilarem os pelos do corpo e/ou se casarem com homens não filiados a mesma religião. Podemos incluir neste grupo a Congregação Cristã no Brasil, a Assembleia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular Deus é Amor, dentre outras. Ainda segundo a mesma autora o terceiro grupo é mais contemporâneo, sendo conhecido pelos pesquisadores como neopentecostal e surgiu por volta de 1970. Admite todos os preceitos dos pentecostais, porém diferem pela flexibilização dos costumes, adotando posturas menos rígidas para com os fiéis. Tal liberalização tem o propósito de evangelizar o máximo possível. (Silva, 2006, p.6 e 7).

Ainda conforme a historiadora Silva as igrejas protestantes tradicionais foram pioneiras na implantação de igrejas, porém com o surgimento das igrejas pentecostais e neopentecostais, houve maior abertura na pregação e postura acolhendo maior número de pessoas que se sentiram contempladas nestas igrejas, reduzindo o campo de atuação das igrejas tradicionais. Tal fato mostra que no seio das igrejas há uma disputa por fiéis, uma vez que a quantidade de fiéis é o termômetro do status da igreja e de sua força social. A maioria dessas denominações são ramificações de outras igrejas, onde membros manifestaram o desejo de criar uma nova igreja. Estes grupos compreendidos como neopentecostais, se expandiram no Brasil, e neles estão incluídas as Igrejas: Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo, dentre outras. (Silva, 2006).

Conforme Tarducci, “as melhorias das condições materiais e emotivas são percebidas como dom divino e vontade de Deus”. Nesse sentido, a autora argumenta que o discurso religioso do pentecostalismo reorganiza a estrutura familiar, situando-a no centro da vida do homem e da mulher. As igrejas pentecostais de modo geral se igualam no tratamento tanto das mulheres e dos homens, que são chamados “irmãos”. A mulher é considerada como combatente fundamental na construção do reino de Deus; contraditoriamente, pregam as premissas da família cristã de cunho tradicional, que reserva para a mulher uma posição de mãe e esposa, e de submissão em relação ao marido. Essa concepção acentua a dicotomia entre público e privado, pois entende a família isolada da organização do Estado e da economia e outras instâncias públicas. (Tarducci, 1993. pp. 91-92 apud Francisco, 2002).

Conforme Francisco a igreja reorienta práticas de consumo no lar, prevê um ambiente coletivo para compartilhamento de experiências, contribui para construção do auto respeito, no contexto de que o casamento é a única maneira da mulher ganhar e manter a respeitabilidade. Em muitos aspectos, isso é benéfico para as fiéis, pois os homens ficam mais tempo presentes em casa, na educação dos filhos, abandonam antigas condutas nocivas às mulheres, como violência, alcoolismo, infidelidade, paternidade irresponsável, entretanto, o discurso da submissão não permite a superação da subordinação de gênero. (Tarducci, 1998,b; p.161 apud. Francisco, 2002).

Conforme Burdick, os pentecostais mantêm distância das discussões políticas, por isso se expandem mais que os católicos. Nesse sentido, acredita que não se deve discutir política na igreja uma vez que a igreja é espiritual e a política é algo terreno; em relação aos bens materiais, acreditam que, quando a pessoa prospera, é a vontade de Deus que proporciona a prosperidade. Também justificam a ênfase na emoção e na busca da cura em Deus, pela participação na igreja sem questionar a insuficiência ou inexistência de oferta de serviços e acesso à saúde; nesse contexto também, acreditam que testemunhar práticas cotidianas ajuda a enfrentar e superar conflitos domésticos, ou seja, partilhar na congregação o sofrimento, problemas da família e intimidade. (Burdick, 1993; p. 206, apud Francisco 2002).

Os aportes acima abrem séria discussão, uma vez que a política permeia toda atividade humana, e um discurso que a nega, estaria a nosso ver, afirmando e reafirmando práticas injustas, e silenciando minorias sociológicas, especialmente mulheres.

Apesar de divergirem entre si, as diferentes igrejas conservam aspectos da igreja que as derivaram, dentre esses, preservar a organização eclesial, daí a semelhança entre as várias denominações que permitem constituírem um grupo denominado 'Igrejas Evangélicas'. Nesse contexto, há um constante e crescente ganho de espaços nos veículos de comunicação devido às características que sustentam essas igrejas. A expansão da quantidade de igrejas também pode ser atribuída ao investimento de capital na compra de emissoras de rádio e televisão e ao uso contínuo de diversos recursos modernos com vistas ao aumento do número dos fiéis evangélicos.

2.3 - Os Discursos sobre a mulher e o uso da mídia e das novas tecnologias pelas igrejas

Segundo Gouveia, apud Francisco, nos programas de televisão “as mulheres antes silenciosas e silenciadas no exercício dos seus papéis de fé, são chamadas a participar dos trabalhos de saneamento sócio religioso-pentecostal para divulgar na TV mensagens cristãs exemplares e consoladoras”. Nesses programas as mulheres aparecem como fabricantes e

consumidoras da fé pentecostal. Narrando suas histórias de vida e de conversão, estas mulheres demonstram satisfação pelas transformações ocorridas em seu comportamento e consequências advindas desta mudança de vida social e familiar após a adesão religiosa. Inicia uma reengenharia de vivência feminina no pentecostalismo. (Gouveia, 1998; p.3, apud Francisco, 2002).

Para Francisco, na sua pesquisa sobre *Passagens Híbridas: Relações de Gênero e Pentecostalismo* constatou que a igreja pentecostal é mais flexível para mulheres chegarem a serem pastoras em relação à igreja protestante tradicional; o pentecostalismo parece redefinir os papéis masculinos e femininos no espaço público e privado, ao abrir possibilidades de atuação para a mulher além do lar e a domesticação do masculino.

A mulher pentecostalista não se vê no papel de vítima e serva do seu marido e de sua família, nem como rebelde que deva lutar contra a opressão do masculino. Neste aspecto, se apresenta o caráter paradoxal da doutrina pentecostal, de reafirmar a ordem e a hierarquia patriarcal dos gêneros, ao tempo que abre espaço para a redefinição dos papéis e imagens femininas e masculinas com resultados positivos para as mulheres. (Machado, 1996, p.3, apud Francisco 2002).

Ainda segundo Francisco, as mulheres constituem a maioria dos fiéis e são responsáveis pela expansão das denominações a que pertencem. Nas igrejas, exercem tarefas de apoio tradicionalmente femininas, mas suas funções não se limitam a limpar e organizar o templo, atender ao público na ausência dos pastores e distribuir hinários, bíblias ou recolher ofertas, mas, também dirigem reuniões para senhoras, desempenham importantes papéis nas difíceis sessões de exorcismo, apresentam programas radiofônicos, são consagradas pastoras em algumas poucas igrejas mais progressistas.

A superexposição pública condenada pelos católicos e protestantes tradicionais, também contribuiu para o crescimento destas igrejas. Para além dos investimentos somam ainda de forma relevante os fatores de motivação pessoal, a fixação em locais pobres, o retorno ao místico simbolizado pelo crescimento do número de adeptos, é atribuída à busca por parte dos mais pobres de necessidades básicas como: sentimento de pertença, justiça/paz, saúde, acolhimento, segurança, alegria, lazer, dentre outras. Necessidades que

estas pessoas não conseguem vivenciar na realidade por não estarem contemplados nas políticas públicas e sociais do país, que falhou com esta categoria da população.

As classes populares, principalmente, buscam no sagrado a cura divina para suas enfermidades, pois que muitas vezes não conseguem acesso ao sistema público de saúde; clamam por libertação dos diversos vícios de drogas lícitas e ilícitas; acusam o “inimigo” como o tentador e motivador de diversos vícios e violências. Na comunhão do templo, a sensação de pertencer, de pertença, de ser acolhido pelos “irmãos”, são sentimentos que auxiliam na mudança de hábitos considerados inadequados, conduzem a uma vida mais pacífica.

Conforme Lima, após algumas famílias começarem a frequentar a igreja, notou-se uma redução da criminalidade e do uso abusivo do álcool nos bairros mais pobres, além de que o envolvimento com o sagrado também pacificou o ambiente penitenciário. (Lima, 1998).

Nesse sentido, para Francisco é espantoso o crescimento do número de fiéis e a variedade das denominações evangélicas que surgem a cada dia. Também plurais são as formas associadas a esse universo religioso. No geral, a posição religiosa do pentecostalismo, esta alicerçado no tripé da cura, exorcismo e, conjugado por fatores sócios religiosos. (Blttencurt Filho, 1994: p. 24. Apud Francisco, 2002).

Estudos e inferências apontam para o crescimento dos fiéis entre as classes populares, porém os pentecostais também cresceram entre as classes mais abastadas, como mostra a revista VEJA de julho de 2002. Nesta, há depoimentos de cantores, atores, milionários, políticos e empresários a respeito de sua conversão, onde expressam à superação da sensação de vazio, ausência de valores, solidão, angustia, dentre outros sentimentos, quando da comunhão com Deus e conversão religiosa. (VEJA, 2002).

Após um período privilegiado ampliando às conversões com a expansão continua da quantidade de fiéis, muitas igrejas protestantes iniciaram investimento na área da educação formal, aliando família e igreja na educação religiosa de valores evangelizadores, assim acumulam a conversão dos pais e filhos um investimento evangelizador em longo prazo, pois muitos pais acreditam que a religião é capaz de dotar os filhos de capacidades morais

vantajosas e possivelmente no futuro vão escolher a religião que contribuiu na formação do seu caráter.

O campo pentecostal não é um universo estanque e previamente definido através de sinais visíveis de contraste em relação a outros grupos religiosos ou não, mas permeado por contradições e acomodações. Hoje o crescimento dos evangélicos no Brasil é assunto de diversos meios de comunicação, como revistas de circulação nacional e telejornais que veiculam resultados de pesquisas demonstrando as porcentagens das maiores religiões brasileiras. No Brasil o número de evangélicos tem crescido significativamente e esse crescimento representa o desenvolvimento de uma religião que avança para além do espaço físico do templo, ocupando o espaço público. No campo da política, temos a composição da bancada de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional, nos levando a refletir sobre esta articulação religião e política e seu impacto sobre na sociedade, sobre as relações de poderes e relações de gênero, bem como a questão do mercado econômico na movimentação de produtos religioso/gospel, na utilização de meios de comunicação como estratégia para angariar e manter fiéis e nesse contexto, se abre a temática dos direitos humanos das mulheres.

Isso posto, abordaremos a seguir, o contexto das mulheres em relação às diferentes igrejas, na cidade de Matinhos / Paraná, onde vivemos e onde está alocado esse curso de especialização e o de graduação em Serviço Social.

3. CAPITULO

MATINHOS - UM OLHAR SOBRE A CONDIÇÃO RELIGIOSA.

3.1 - O município de Matinhos, geografia e contexto da população em geral

Utilizaremos para compor esse capítulo, como descrevemos na metodologia, as possibilidades de pesquisa postas pelas novas tecnologias. Assim, nesse primeiro momento, buscamos em fontes oficiais da internet, tais como as do IBGE, IPARDES, dentre outras, capturar alguns dados da cidade de Matinhos, que sirvam para iluminar a reflexão sobre o nosso tema. Iniciaremos, pelo contexto geográfico e histórico, em um rápido olhar.

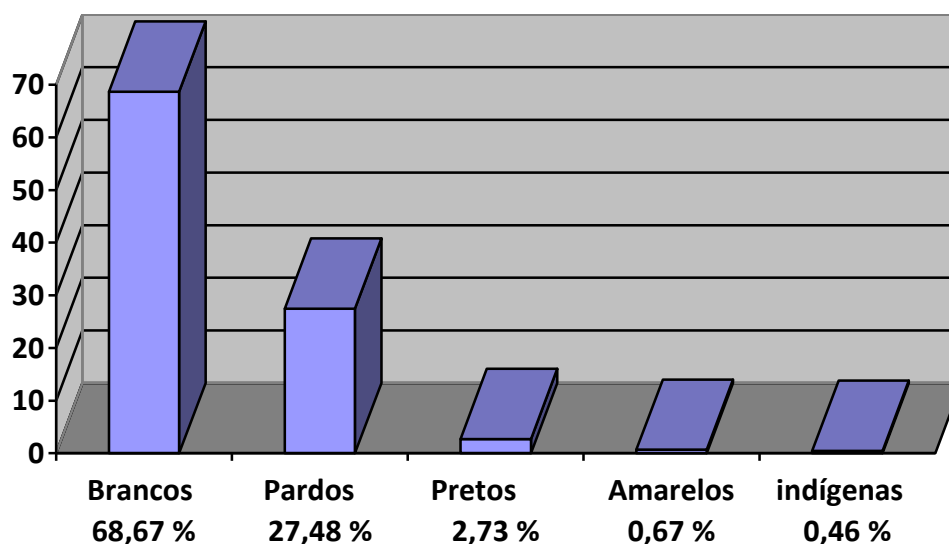
Há aproximadamente 3000 e 5000 anos, vivia na região do atual município de Matinhos o 'Homem do Sambaqui', que constituíram um povo que já está extinto, porém, que deixou os primeiros vestígios da presença do ser humano nessa área. Depois deles há registros da presença dos índios Carijós, do Grupo Tupi-Guarani. Matinhos, assim, sofreu também a influência sociocultural dos povoadores de Paranaguá, e posteriormente dos de Guaratuba, por se tratar de ponto intermediário entre os dois municípios. As religiões indígenas, com as praticas de pajelança e outros rituais e a questão de gênero, é um estudo específico que escapa a nosso objetivo nesse momento, mas está registrado para futuros trabalhos.

De origem geográfica, sua denominação provém da abundância de vegetação rasteira, típica da planície litorânea do Paraná. "Matinhos" é uma palavra formada pelo termo "mato", acrescido do sufixo nominativo masculino plural "inhos". O termo "mato" é substantivo masculino de "mata", e origina-se do latim tardio "matta", terreno onde medram plantas agrestes. Matinhos é um município brasileiro localizado no litoral do estado do Paraná. Pertence à Mesorregião Metropolitana de Curitiba e Microrregião de Paranaguá e localiza-se a sudeste da capital do estado, distando desta cerca de 111 km. Matinhos integra os sete municípios que compõem o litoral paranaense, junto com Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, Guaratuba e Paranaguá. (dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de Matinhos).

Segundo dados do IBGE, em 2010, 14 333 habitantes eram homens e 15 093 habitantes mulheres. Também de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em 2011 a população foi estimada em 29 831 habitantes, apresentando uma densidade populacional de 18,04 habitantes por km². Ainda segundo o mesmo censo, 29 277 habitantes viviam na zona urbana e 149 na zona rural.

A população matinhense, assim, é composta por 20 209 brancos (68,67%); 802 pretos (2,73%); 197 amarelos (0,67%); 8 086 pardos (27,48%); e 134 indígenas (0,46%), Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 01: Composição Étnica da População de Matinhos:



Fonte: Dados do IBGE/2010.

Matinhos ocupa uma área de 117,064 km², sendo 4,75 km² estão em perímetro urbano, em 2010 era o 61º mais populoso do estado paranaense. A vegetação predominante é a mata atlântica, com trechos de restinga ao longo de sua faixa litorânea. A sede apresenta uma temperatura média anual de 19,5°C, Com uma taxa de urbanização da ordem de 99%. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,793, considerando como médio em relação ao estado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD). Seu valor é de 0,793, sendo o 31º maior de todo estado do Paraná (em 399 municípios); o 387º de toda Região Sul do Brasil (em 1159) e o 715º de todo país (entre 5507). A cidade possui a maioria dos indicadores médios parecidos com os da média nacional segundo o PNUD. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social, é de 0,41, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. No ano de 2003, a incidência da pobreza, medida pelo IBGE, era de 45,80%, o limite inferior da incidência de pobreza era de 31,98%, o superior era de 59,61% e a incidência da pobreza subjetiva era de 26,50%.

Em 2009, o município contava com nove estabelecimentos de saúde entre estes hospitais, pronto-socorro, postos de saúde e serviços odontológicos, sendo sete deles públicos e dois privados, todos os públicos pertenciam à rede municipal contando com 15 leitos para internação, sendo que todos eles públicos, em 2010 foram registrados 396 nascidos vivos e dois óbitos, sendo que ambos os mortos eram mulheres. (dados Prefeitura Municipal de Matinhos).

Entretanto vale observar que o município vizinho de Paranaguá conta com o Hospital Regional do Litoral que é referência para os sete municípios do litoral para onde são encaminhados os pacientes mais graves, de médio e alto risco, bem como as situações agudas e crônicas, sendo estes os casos mais críticos que comumente evoluem para óbito, assim a taxa de óbitos de Matinhos é contabilizada nos óbitos do município de Paranaguá, camuflando os dados.

A cidade conta com vários atrativos de valor histórico e cultural, o Calçadão da Praia Central, que é usada para caminhadas e passeios de bicicleta; e o Mercado dos Pescadores, onde são comercializados vários tipos de pescados. Segundo o site da ecoviagem Matinhos possui 36 balneários, iniciando no balneário Jardim Monções, onde faz divisa com o município de Pontal do Paraná, e vai até o famoso Balneário de Caiobá, onde faz a divisa com Guaratuba. Dentre os atrativos naturais do município destacam-se as praias situadas ao longo da orla marítima nos balneários que atraem milhares de pessoas na alta temporada, sendo o balneário de Caiobá o maior de todos, onde estão a Praia Brava e a Praia Mansa. A beira-mar localiza-se um mirante, construído sobre uma formação rochosa do qual se tem uma visão panorâmica

do aglomerado urbano de Matinhos e de todas as praias e balneários do norte do município.

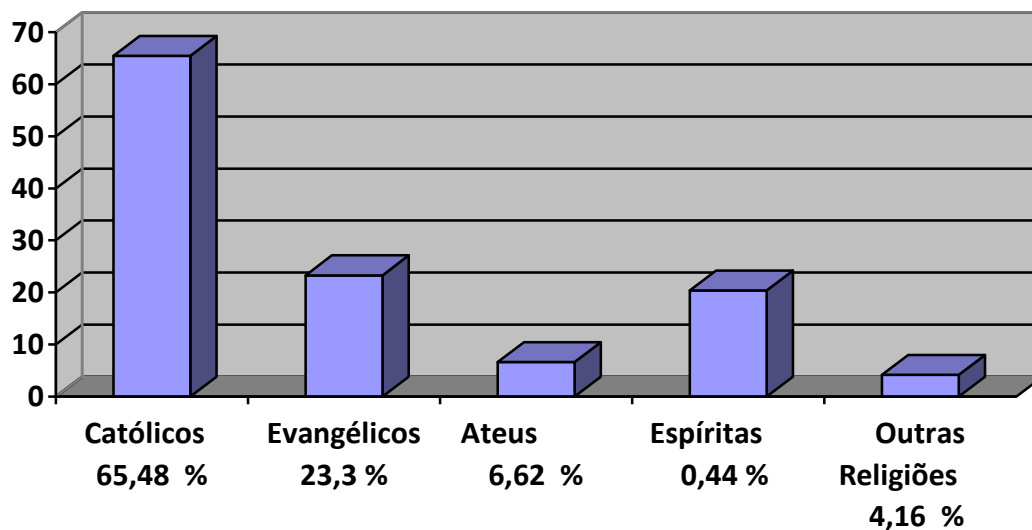
No balneário da Praia Brava ocorre a realização de campeonatos de surf, e a Praia Mansa, que se destaca pelas águas calmas e pouco profundas. No balneário Caiobá há o Morro do Escalvado e o Morro do Boi, que se destacam pelas suas trilhas ecológicas e visões panorâmicas. Também há a realização anual de diversas festas e eventos, como o Carnaval de Matinhos, em fevereiro ou março, e as feiras de artesanato, organizadas no decorrer do ano.

Dentre outros balneários que compõem o Município de Matinhos, encontram-se: Corais, Jussara, Gaivotas, Iracema, Guacyara, Currais, Ipacarái, Betaras, Solimar, Marajó, Saint Etienne, Florida, Riviera I e II, Flamingo, Albatroz, Caravellas, Costa Azul, Monções além da praia de Matinho, situada na própria sede do município, com águas agitadas e pouco profundas e escassez de Vegetação.

Na Rodovia PR-508, KM 20, Alexandra – Matinhos, encontramos o Parque Águas Claras, parque aquático inaugurado em abril de 1994 e que possui área de 242 mil km². O Parque Águas Claras possui piscinas semi-olímpicas, piscinas de atividades, piscinas de correnteza, piscina aquecida e piscina com conjunto de toboágua, rampas, playground e torres. O parque possui churrasqueiras, sorveteria, tobolanches, restaurante e loja de conveniência. Para diversão, possui área verde com tanques para pesca. Disponibiliza para pernoites, apartamentos para 2 a 4 pessoas, chalés para 6 a 12 pessoas e alojamentos para grupos. Os dados acima estão postos para situar nosso tema no contexto tempo e espaço.

3.2 – A situação religiosa e as mulheres

De acordo com dados do censo de 2000 realizado pelo IBGE, a população de Matinhos está composta por: Católicos (65,48%), evangélicos (23,30%), pessoas sem religião (6,62%), espíritas (0,44%) e 4,16% estão divididas entre outras religiões. Conforme o gráfico que segue:

Gráfico 02: Composição Religiosa de Matinhos.

Fonte: IBGE/2000.

Este é o gráfico com os dados obtidos no IBGE, porém, cabe destacar as outras religiões que são praticadas em Matinhos, tais como o Islamismo, o Judaísmo, o Budismo, mesmo que não tenham um local específico reconhecido, para sua prática. Templos religiosos são lugares onde as pessoas exercitam sua fé e buscam estar mais perto de entidades superiores do plano espiritual, seja lá qual for sua religião. Os nomes desses espaços mudam de acordo com a crença. Alguns exemplos são igrejas, centros, templos, sinagogas, mesquitas e terreiros. A igreja é o lugar de culto do Catolicismo e das religiões evangélicas. Os muçulmanos, praticantes do Islamismo, se reúnem nas mesquitas. Os templos são lugares onde se pratica o Hinduísmo e o Budismo, dentre outras religiões. Os seguidores do Espiritismo se encontram nos centros espíritas. Já os seguidores do Judaísmo praticam sua fé nas sinagogas, e os do Candomblé e da Umbanda se reúnem nos terreiros, embora em Matinhos não se encontrem tais templos.

Buscamos mediante verbetes, em sites do município, por igrejas existentes. A partir dos verbetes Igrejas, templos, sinagogas e instituições evangélicas no município de Matinhos / Paraná, obtivemos o seguinte resultado:

A Igreja Católica da Matriz de São Pedro é a principal igreja da cidade, construída com linhas arquitetônicas simples; a Igrejinha de São Pedro, que foi

construída entre os anos de 1938 e 1944, abrigando por muito tempo o título de Igreja Matriz, sendo tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1987;

A Igreja Presbiteriana apresenta divulgação com o tema anual intitulado 'Correspondendo o chamado de Deus' e o Tema Base intitulado 'Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para sua maravilhosa luz' (1º. Pedro 2,9). Apresenta divulgação constando dia e hora para as celebrações religiosas.

A 1ª Igreja Batista de Matinhos também tem um site onde consta endereço, porém, sem divulgação dos dias e hora das celebrações e demais informações.

A Igreja Evangélica Assembléia de Deus, por sua vez, possui Facebook da igreja, porém sem divulgação dos dias e horários das celebrações religiosas.

A Igreja Apostólica Ágape de Matinhos, também possui Facebook sem informação dos horários de dias de celebração, e consta como empresa.

A Igreja Pentecostal do Arrebatamento, com abertura em 27/4/2012.

A Igreja Ministério Bethesda, sem informes sobre cultos e horários.

Ainda, o município conta com outras várias igrejas de diversas denominações religiosas distribuídas nos seus diversos bairros, porém, não são catalogadas nos sites de busca, nem no cadastro da prefeitura do município. Nesse contexto, somente quatro denominações apresentam cadastro atualizado e estão devidamente regulamentadas com alvará de funcionamento, junto ao setor de alvarás da Prefeitura de Matinhos, e são elas: Igreja Ministério Bethesda; 1ª Comunidade Bíblica da Paz; Igreja Universal do Reino de Deus e a Fundação Beneficente Cultural e Filantrópica dos Necessitados e Amigos, conforme informação levantada mediante protocolo junto a Prefeitura Municipal de Matinhos, onde buscamos esses registros.

Referente à demografia do município de Matinhos, segundo dados disponíveis no site do IPARDES a composição da população de acordo com o censo 2010, esta distribuída de acordo com sexo e idade, na tabela foi organizada pela faixa etária e masculino e feminino. Conforme tabela que segue:

TABELA 01:

FAIXA ETÁRIA	MASCULINA	FEMININA	TOTAL
Menores de 1 ano	215	188	403
De 1	203	197	400
De 2	204	206	410
De 3	233	208	441
De 4	238	227	465
Total de 1 a 4	<u>878</u>	<u>838</u>	<u>1.716</u>
De 5	215	222	437
De 6	227	209	436
De 7	234	231	465
De 8	243	232	475
De 9	232	248	480
Total de 5 a 9	<u>1.151</u>	<u>1.142</u>	<u>2.293</u>
De 10	276	253	529
De 11	282	292	574
De 12	277	278	555
De 13	294	291	585
De 14	306	303	609
De 10 a 14	<u>1.435</u>	<u>1.417</u>	<u>2.852</u>
De 15	281	302	583
De 16	267	295	562
De 17	264	232	496
De 18	263	256	519
De 19	201	222	423
De 15 a 19	<u>1.276</u>	<u>1.307</u>	<u>2.583</u>
De 20 a 24	1.057	1.063	2.120
De 25 a 29	989	1.079	2.068
De 30 a 34	1.012	1.130	2.142
De 35 a 39	1.001	1.099	2.100
De 40 a 44	1.062	1.112	2.174
De 45 a 49	954	980	1.934
De 50 a 54	856	1.001	1.857
De 55 a 59	739	894	1.633
De 60 a 64	600	656	1.256
De 65 a 69	470	507	977
De 70 a 74	313	321	634
De 75 a 79	173	177	350
De 80 anos e mais	154	182	336
TOTAL	14.335	15.093	29.428

FONTE: IBGE - Censo Demográfico apud IPARDES NOTA: Dados do universo.

A tabela acima mostra que há uma convergência com os dados epidemiológicos gerais, onde há um maior nascimento masculino, uma faixa de igualdade, e um pequeno número maior de mulheres, que em todas as sociedades, vivem mais.

Assim, mulheres são inegavelmente, metade da população, e, portanto, merecem visibilidade e respeito a seus direitos particulares. Apesar desta parcela feminina da população matinhense figurar em maior número em relação à população masculina, em nossa pesquisa *on linne*, constatamos carência de políticas públicas, ações e serviços voltados para atender esta parcela tão significativa da população municipal.

Pesquisamos no site do IBGE, em seu portal, sobre o perfil do município de Matinhos referente aos serviços oferecidos tendo em vista a particularidade. Utilizamos também, verbetes tais como: gestor de direitos humanos; órgão gestor de política de gênero; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Plano Municipal de Políticas para as Mulheres; programas, projetos e ações. As respostas foram repetidas, no sentido de não existirem e não se aplicar. (<http://www.ibge.gov.br>, link perfil dos municípios brasileiros, acessado em 10-12-13).

Há anos as mulheres lutam por melhores condições de dignidade e direitos, com significativos avanços, no país. No campo das políticas públicas para as mulheres, a saber: direito à alfabetização e escolarização na educação formal, antes privilégio apenas do gênero masculino, Direito a licença maternidade que reflete diretamente na saúde da mulher e do bebê, beneficiando a família toda. Assegurar a efetivação da garantia legal ao direito sexual e ao direito reprodutivo que na prática esbarra em muitos empecilhos para ser praticado, seja pelo desconhecimento da sociedade e do poder público, seja pela falta de políticas públicas que possibilitem a operacionalização desse direito.

Nesse sentido, encontramos no município de Matinhos, a lei municipal nº. 507, que data de 20 de junho de 1995, e institui a Política Municipal de Planejamento familiar; na forma que foi redigida e nos critérios para acesso, consideramos esta lei discriminatória, genocida até, e está em confronto com o

direito legalmente instituído pela legislação nacional, ao elencar critérios para concessão da ligadura de trompas (laqueadura); a lei estabelece:

“Parágrafo Único - A contracepção cirúrgica somente será proporcionada em casos de necessidades evidente para: I - Casais com 04 filhos ou mais; II - Casais com 03 filhos ou mais que já tenham perdido filhos por problemas decorrentes de situação socioeconômica e cultural; III - Casais com tendências genéticas a gerar filhos portadoras de deficiências físicas ou mentais; IV - Mulheres com mais de 35 anos de idade e que já tenha 02 ou mais filhos, tendo o caçula completado 01 ano de vida; V - Mulher que já tenha qualquer número de filhos e que seja portadora de doenças que exponha a risco de vida em caso de gravidez”. (trecho extraído da lei municipal de Matinhos nº 507, de 20/06/1995).

Percebemos que o modo como foi formatado o texto da referida lei, traz no seu bojo reflexos de uma considerável carga religiosa, porem muitas vezes passa despercebida pela maioria da população. As leis estão permeadas pelo cunho moral religioso e integram o constructo histórico, social e cultural que por vezes agridem os direitos de cidadania.

O planejamento familiar, por exemplo, é uma política que visa a dar a cada cidadão, a cada cidadã, o direito de decidir se quer ter filhos, quantos quer ter e quando os ter, ou seja, com que intervalo de tempo entre os filhos. Neste caso o direito reprodutivo, que integra o direito a saúde com princípio de universalidade, passa a ser decidido pelo poder público, desde quem pode acessar este direito, de acordo com o que esse poder entende por necessário ao invés de orientar e apoiar a decisão das munícipes e garantir e organizar a efetivação desse direito. Gerar a vida faz parte da vida da maioria das mulheres, mas isso não significa que necessite ser uma carga de dor e discriminação, isso deve ser um exercício de escolha das mulheres e de corresponsabilidade com estado, sociedade e família.

No arcabouço jurídico houve um movimento ainda que tímido no reconhecimento de alguns direitos da mulher, a exemplo da alteração na redação atinente ao pátrio poder passando a vigorar como poder familiar, poder este considerado a soma de direitos e obrigações assumidas pelos pais ou responsáveis legais, instituída para a proteção legal dos interesses legais de subsistência, de saúde e de educação dos filhos. A redação jurídica legal do direito sexual e reprodutivo, direito a acompanhante no pré parto, parto e pós

parto imediato, direito a licença maternidade, direito a um período de estabilidade no trabalho após retorno da licença maternidade, direito a atendimento em serviços de saúde no pré e pós natal, direito ao alojamento conjunto nas maternidades e nos períodos de gestação e lactação o direito a atendimento preferencial, direito a assentos reservados em transportes coletivos, direito das domésticas aprovado recentemente, dentre outros, são ainda incipientes em Matinhos e alguns, estão longe de serem acessados.

Com a evidência das questões de gênero há um impulso nacional para avançar na construção e efetivação de direitos para as mulheres, para tanto mister se faz atuação na conquista e ampliação de direitos e também na garantia da efetivação dos direitos já conquistados. A mulher já conquistou o direito de ocupar alguns lugares antes inabitados pelo gênero feminino, tais como, conduzir veículos, ônibus, avião, integrar a força aérea brasileira, pilotar caças, presidir o país, ocupar direções de escolas e empresas, trabalha fora, dentre outras atividades. Entretanto esses posicionamentos não foram suficientes para superação da condição de subalternidade.

Tanto é latente a questão das relações de gênero que figurou como um dos temas da Conferência Estadual de Saúde da Mulher que foi realizada no Paraná, em 13/11/2011, que aprovou 142 propostas, para serem desenvolvidas nos três níveis, federal, estadual e municipal, onde uma parcela significativa foi levada a plenária da Conferência Nacional de Saúde da Mulher. As propostas foram divididas em cinco eixos temáticos; do total, 39 são relativas à busca de “autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, inclusão social: direito a terra, à moradia, ao desenvolvimento sustentável”; 17 são referentes à “educação inclusiva, não sexista, não homofóbica, não lesbofóbica”; 24 referem-se à saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento das diferenças; geracionais, sociais, étnico-raciais”; 22 propostas falam da “participação das mulheres em espaços de poder e decisão, considerando: disputas de cargos eletivos e organização de espaços de definição de políticas para mulheres”; 40 propostas tratam do “enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo discriminação de gênero, etnia/raça, orientação sexual promovida pelos veículos de comunicação e de disseminação da cultura”. (anais da Conferência Estadual de Saúde Da Mulher do Estado do Paraná).

Na abertura desta conferência a Subsecretaria de Articulações Institucionais de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Lucia Camini, afirmou que há no Brasil uma porcentagem grande de mulheres sem escolaridade, e em grande medida porque cumprem até três jornadas diárias de trabalho; assim, defendeu que “precisamos socializar as tarefas do cotidiano. Os afazeres domésticos devem ser divididos entre homens e mulheres”. Nesse contexto ainda, afirmou que pelo disque mulher 180 a Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres recebe diariamente milhares de telefonemas denunciando situações de violências contra mulheres de todo Brasil. Assim, “precisamos avançar no enfrentamento de toda forma de violência e todas as formas de discriminação e subjugação historicamente cometida contra a mulher”. “Enfatizou ainda a importância do reconhecimento das responsabilidades do Estado e da sociedade na construção da igualdade de direitos nas dimensões de gênero, classe, etnia, raça, geração e orientação sexual.” (anais da Conferência Estadual de Saúde Da Mulher do Estado do Paraná).

A presidente do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, Terezinha Beralo Pereira Ramos, afirmou que pouca coisa avançou nos direitos da mulher, no Paraná e no Brasil, entre a realização da I Conferencia em 2004 e a II Conferência em 2007.

3.3 Considerações entre o feminino e o sagrado

Ao relacionar a construção do feminino através do sagrado, houve um prévio questionamento, visando identificar quais os pontos que influíram na formação da mulher, e se tornou incontestável, a influência dessas doutrinas de diversas vertentes religiosas na formação ou deformação do feminino. Enfatizamos que a participação da mulher como força matriz das religiões é brilhantemente justificada pelo discurso da sua natureza apaziguadora e intermediadora, e da sua compreensão particular das questões pertinentes à religiosidade e família.

Assim nos aportamos em Bourdieu ao afirmar que nos processos de reprodução da vida social, o discurso religioso é capaz de criar formas e

práticas de consentimento pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, de modo a transformar uma experiência particular em pretensamente universal, inferiorizando ou inviabilizando quaisquer outras possibilidades da experiência social. (Bourdieu, 2003).

Segundo Silva evidentemente não podemos ignorar a instabilidade e as contradições dos sistemas de representação simbólica. Ao longo dos séculos, o papel atribuído à mulher na sociedade foi sendo transformado a partir das novas formas de se pensar e representar o mundo e as relações de gênero, delineando novos modos de subjetivação (Silva, 2008, p. 73).

Assim as autoras e os autores auxiliam na compreensão da questão de gênero imbricada com a religião, resgatando fatores que auxiliam na compreensão do comportamento das relações de gênero na contemporaneidade, pois se por anos durante inúmeras repetidas vezes as mulheres ouviram o discurso religioso fundamentalista, assimilaram e muitas tomaram como verdade absoluta e repetem esse discurso como verdades suas, raras vezes se questionam o por quê? Dos discursos e comportamentos e se realmente esta é a única interpretação religiosa existente, configura uma questão contraditória se pensarmos que exceto a igreja católica as demais igrejas elencadas neste estudo, pregam essencialmente a livre interpretação da bíblia, parecia natural que as mulheres também interpretassem as escrituras, entretanto esta interpretação por anos ficou restrita ao gênero masculino.

Concordamos com Souza ao argumentar que ao levantarmos a questão do fundamentalismo religioso e a manutenção da assimetria entre os gêneros no contexto religioso, encontramos um conjunto de práticas, discursivas misóginas, com achados que comprovam a relação entre o fundamentalismo e a negação de direitos da mulher na sua emancipação sócio cultural. (Souza, 2009). Assim desprovida de direitos e acreditando ser inferior a mulher ficaria a mercê do sistema capitalista e serviria o poder dominante masculino.

Machado nesse sentido destaca a relevância da Igreja Católica na constituição do modelo patriarcal e tradicional de família, pois, em uma sociedade profundamente hierarquizada e ruralizada como a do Brasil colônia, a religião oficial atuou durante muito tempo na manutenção de um tipo *ethos* familista, e da cultura que o materializa, obstaculizando relações horizontais de tipo associativo. (Holanda, 1963; apud Machado, 2008). Some-se a isso a

relevância na centralização da interpretação da escritura sagrada, para perpetuar o discurso de submissão da mulher.

No interior da tradição judaico-cristã, por exemplo, a manutenção de costumes e tradições patriarcais assumiu formas e proporções específicas, de acordo com a contingência histórica e cultural. No Antigo Testamento, as mulheres eram incluídas entre as propriedades do marido, junto com, móveis, imóveis, animais e demais pertences (Dt. 5.21).

Em relação às questões de gênero, Perrot esclarece que o Protestantismo, enquanto denominação cristã representou “uma ruptura, tanto no plano da leitura e da instrução, quanto no plano pastoral e da palavra”, já sendo possível encontrar mulheres pastoras nas igrejas calvinistas e luteranas. A partir da Reforma, as mulheres passam a confessar sua fé e, em muitas cidades da Europa, a subir nos púlpitos. (Perrot, 1998, p. 138).

Analisar o feminismo no estudo das religiões necessita conversar com a teologia cristã e também com as demais áreas do conhecimento, necessita fazer uma crítica interna à religião, ao discurso realizado pelos homens para as mulheres fiéis, para desabrochamos em maior plenitude nas questões de gênero; a crítica ao discurso religioso precisa ser entranhada no seio do espaço religioso pelas praticantes da fé num movimento que inspire resistência a situações de sujeição feminina em todos os campos e espaços da vida de mulheres e homens, somando forças a algumas estudiosas feministas da religião que desafiaram e conseguiram alguma alteração no cenário religioso. Pois hoje já temos pastoras e algumas relações de subordinação são menos severas que já foram no passado.

Estas constatações não encerraram o processo reflexivo sobre o tema, nem garantem a efetivação da igualdade nas diferenças de gênero, ao contrário indicam urgência em encontrar ou forjar caminhos outros e diferentes para as futuras gerações, ou um ritmo diferente de passo, e nisso a educação é especialmente indicada como aliada indispensável. Pois os princípios norteadores da educação de respeito à liberdade e apreço à tolerância, como afirma o quarto parágrafo do artigo 3º da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), indicam que a educação é um caminho profícuo para a empreitada de formar mulheres, e também homens, como um arsenal de pessoas livres, respeitadas e destemidas para lutar pelos seus direitos de igualdade na diferença.

Em alguns momentos a educação recebeu a acusação de fomentar ações opressoras, mais especificamente através da disciplina de Ensino Religioso, se faz urgente uma consideração criteriosa a respeito do papel da educação na transmissão de valores sobre as religiões e relações de gênero. Apesar do descompasso das instituições religiosas no sentido de discutir religião e relações de gênero, escola ainda é um lugar, tecnicamente isento que conta com a figura da e do docente que facilitará a abertura deste *lócus* privilegiado de mudança de pontos de vista.

Ao questionar aspectos religiosos e as relações de gênero, se abre a possibilidade em discutir sexualidade e relações dos gêneros, perpassando o ideário religioso, como uma forma em entender e aprender com o que é diferente, e propor a reflexão sobre um universo carregado de simbolismos, que na maioria das vezes é legitimado como mundo da hegemonia masculina. Entre outros espaços formativos se mostra interessante utilizar-se do Ensino Religioso, como ambiente propício para considerações a respeito da sexualidade, e assim dar abertura ao caminho que as ciências têm trilhado, por mais este viés e quiçá definitivamente será deliberado o respeito e o combate à discriminação a partir do conhecimento e da desmistificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi um desafio inenarrável abordar religião e relações de gênero. O campo que articula gênero e religiosidade possui uma gama de linhas teóricas e possibilidades de análise e pesquisas, está carregado de significação, sentidos e história, e intrinsecamente imbricado com as políticas públicas ou a ausência destas.

Consideramos que ao abordar religião igreja e poder e relações de gênero, adentramos um terreno arenoso e um campo minado, pois ao levantarmos a questão do fundamentalismo religioso e a manutenção da assimetria entre os gêneros no contexto religioso, encontramos um conjunto de práticas e discursos misóginos. Esses achados comprovam a relação entre o fundamentalismo e a negação de direitos das mulheres e sua emancipação social, cultural e política. Nesse contexto, a negação dos direitos é praticada também pelo gênero feminino, pois sendo a mulher educada num contexto de opressão, pode por vezes se tornar uma opressora, repetindo o forte discurso das igrejas para regulação das questões relacionadas às relações de gênero nas igrejas e em geral.

Nesse sentido acreditamos que as relações de poder e dominação atravessam os grupos religiosos mais conservadores com maior intensidade e nos grupos menos conservadores em menor intensidade, mas em ambos os casos, afetam principalmente as mulheres, corroborando com as desigualdades de gênero, que tem nas diferentes formas de violências contra mulheres uma das expressões mais significativas da maré crescente de violências em geral, seja psicológica, econômica, emocional, simbólica ou física. A pouca participação da mulher na vida política pode ser a consequência nefasta desse discurso geral impõe a submissão ao feminino.

Tratamos da religião de modo generalista, em que pese a análise nomear algumas. Constatamos que nas diversas religiões e igrejas, o discurso geral é de submissão da mulher, e em muitos casos, de negação de sua própria humanidade. Vislumbramos, nesse trabalho, que a perspectiva de mudança, ainda é muito frágil e limitada, mais no sentido de uma maior abertura para as mulheres, na ascensão de cargos religiosos de (pastoras, bispas, obreiras, entre outras).

No discurso religioso pesquisado, percebemos que os direitos humanos das mulheres é ocultado, mostrado de forma frágil e fragmentado, configurando como entrave negativo uma vez que mesmo os direitos assegurados na forma da lei encontram entraves na sua efetivação; muitas vezes se necessita forjar sua efetivação. Assim, o discurso religioso é reforçador da condição de submissão da mulher, divergindo em raros casos; se torna um potencializador negativo, pois esse discurso não contribui para a emancipação da mulher nem a estimula a lutar pelos seus direitos. O discurso praticado nas diferentes igrejas e congregações, de muitas formas acaba fortalecendo a permanência do discurso misógino arraigado nas religiões tradicionais. Assim, as lutas para acessar direitos elementares tais como viver em segurança, trabalho digno, reconhecimento, educação, saúde, para as mulheres, estão imbricados com o discurso religioso que demarca e determina os papéis sociais relacionados ao feminino e ao masculino, onde o feminino pode ter uma valência menor.

Contudo constatamos que a própria linguagem e simbologia em geral, são potencialmente capazes de perpetuar as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Porém, consideramos que são também potencialmente e proporcionalmente capazes de alavancar mudanças, forjar novos conceitos e praticas que concorram para maior equilíbrio nas relações de gêneros.

Enfatizamos que este trabalho não se encerra aqui, não temos a pretensão de esgotar um tema tão complexo. Aqui, suscitamos o debate e pinçamos alguns aspectos que consideramos mais relevantes na questão das relações de gênero e discurso religioso. A partir de elementos aqui elencados, abre-se um leque de possibilidades para novas pesquisas e estudos, tanto para o campo do Serviço Social, quanto para a busca de justiça equitativa de gênero, que contempla todas as categorias profissionais, as mulheres e os homens, enfim, a sociedade como todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMAZONAS, Maria Cristina. **SILVA**, Thálita Cavalcanti. **Os sistemas de representação judaico-cristã e o endereçamento de posições-de-sujeito femininas**. Mandrágora, São Bernardo do Campo, SP, ano 14, n. 14, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do Trabalho** (org). São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BÍBLIA SAGRADA, Edição Claretiana – 2006, 65ª edição, Editora Ave Maria. Revisada por Frei João José Pereira de Castro. O. F. M., e pela equipe auxiliar da editora.

BÚSSULA, Carlo. **Os Bispos de Roma e a Ideologia do Poder**. Jornal “A Tribuna” – Vitória - ES, <http://www.iasdemfoco.net/papas/estudos/25.htm>; acessado em 02 dez 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COVOLAN, N. T. **Corpo Vivido e Gênero: a menopausa no homoerotismo feminino**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2005.

CASAGRANDE, S. LINDAMIR; **LUZ**, Nanci Stancki da; **CARVALHO**, Marília Gomes de. Organizadores. **Igualdade na Diversidade Enfrentando o Sexismo e a Homofobia**. Editora UTFPR. 2011.

CARBONI, Florence e **MAESTRI**, Maria. **A Linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira: a questão da igualdade e da diferença**. Tese de Mestrado.

CHAUÌ, Marilena. **Convite a Filosofia**. Editora Ática. 2005. 13ª edição, 5ª impressão.

FELIPE, C. TUNES S. **Aleluia, irmão!** Revista das Religiões, São Paulo, ed. 22, p. 16-25, jun. 2005.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. **Aportes da Misoginia na Tradição Ocidental: de Aristóteles a São Tomás de Aquino, do paganismo ao Cristianismo, a sempre derogada Falência do feminino**. Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FRANCISCO, Crislaine Valéria de Toledo. **Passagens Híbridas: Relações de Gênero e Pentecostalismo**. Dissertação de pós graduação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. 2002.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA - GDE: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnicas Raciais. Livro de Conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, 2009.

GEBARA, Ivone. **O QUE É TEOLOGIA FEMINISTA**. São Paulo. Editora Brasiliense. 2004. Coleção Primeiros Passos.

GOUVEIA, Eliane Hojaij. **Imagens Femininas: A reengenharia do Feminismo Pentecostal na Televisão**. Tese de doutorado. São Paulo, PUC/SP, 1998.

JOHNSON, Allan G. Wikipedia, verbete misoginia, <http://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>, acessado em 05/12/13.

KOLANTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual**. Expressão Popular. 1ª Edição, São Paulo, 2000.

LAQUEUR, Thomás. **Inventando o sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LANE, S. E. Codo, W. Org. **Psicologia Social: O homem em movimento**. 9ª ed. S. P. Brasiliense, 1991.

LIMA, S. E **PAIXÃO**, R. **Salvos pela palavra**. VEJA, São Paulo, ed. 1555, p. 86-92, jul. 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACHADO, Maria das Dores. **Identidade, globalização e secularização**. In: LISZT, Vieira (Org.). **Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.173-204.

MACHADO, M. D. C. **Carismáticos e pentecostais**. São Paulo: Autores associados, 1996.

MIRANDA, Tereza Lopes. **Desconstruir a Linguagem e Descolonizar o Corpo**, 2005. Artigo de Especialista em História Latino Americana - Universidade Federal de Juiz de Fora.

MURARO, Rose Marie; **BOFF**, Leonardo. **Feminino e Masculino: Uma Nova Consciência Para o Encontro das Diferenças**. Rio de Janeiro, Editora Sextante, 2002.

PERROT, Michele. **Mulheres Públicas**. São Paulo, Editora UNESP, 1998. P. 138.

RAMALHO, J. P. **Práticas Educativas e sociedade: um estudo de sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RAUBER, Isabel. **Gênero y Poder**. Ensaio-Testimonio: Edicion Especial Parte I, Enero, 2003.

ROSADO, Maria José. **O impacto do feminismo sobre os estudos das religiões**. Cadernos Pagu no. 16 Campinas, 2001. Dossiê: feminismo em questão, questões de feminismo.

RIBEIRO, Heloy Ignacio. 2008. **Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental**. Estudante do 3º ano do curso de graduação em Gestão Ambiental da UFPR Setor Litoral.

SAMARA, Eni Mesquita e org. **Gênero em debate: trajetória e perspectiva na história Contemporânea**. São Paulo: Educ. 1997.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, Porto Alegre, v.16, n.2, jul./dez., 1990.

SILVA, Sandra Rosa Campi Guimarães. **Protestantismo: surgimento, subdivisões, crescimento no Brasil e sua relação com a política, economia e educação**. Artigo apresentado a Faculdade Católica de Uberlândia. 2006.

SOUZA, Robson da Costa. **Mulheres Evangélicas e Práticas Religiosas**. 2009.

TARDUCCI, Mônica. **Fundamentalismo y Relaciones de Género: aires de familia mas alta de la diversidad**. Paper apresentado na mesa redonda “Mulher, gênero e Poder Religioso” nas VIII Jornadas Sobre alternativas religiosas na América Latina. São Paulo, 22 a 25 de set; 1998.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres o Gênero nos une, a classe nos divide**. Editora Xamã: São Paulo, 2001.

VEJA, Revista de julho de 2002.

LEI Nº 507, DE 20 DE JUNHO DE 1995 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO FAMILIAR EM MATINHOS E DÁ AS PROVIDÊNCIAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ELETRÔNICAS:

hiribeiro@uol.com.br. Acessado em 05/12/13.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Matinhos> verbetes: relações de gênero e igrejas pentecostais.

<http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/parana/matinhos>. Acessado em 05/12/13.

<http://www.matinhos.pr.gov.br/prefeitura/dados.php>. Acessado em 05/12/13.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>, acessado em 05/12/13. Wikipedia, verbete misoginia

<http://christofercruz.blogspot.com.br/2013/02/protestantes-x-evangelicos-qual.html> acessado em 06-12-2013.

www.ipardes.gov.br, Acesso em: 02 -12- 2013.

www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/MA/article/view/697/698.
acesso -02 -12- 2013.

www.litoral.inf.br; acessado em 06-12-2013.

www.guimais.com.br; acessado em 06-12-2013.

www.telelistas.net; acessado em 06-12-2013.

WWW.tododentro.com; <http://ipbmatinhos.no.comunidades.net/index.php>;
acesso em 06-12-2013.

<https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/1995/50/507/lei-ordinaria-n-507-1995-institui-a-politica-municipal-de-planejamento-familiar-1995-06-20.htm>

<http://christofercruz.blogspot.com.br/2013/02/protestantes-x-evangelicos-qual.html> acessado em 06-12-2013.